

POLÍTICAS PÚBLICAS – SISTEMAS EDUCACIONAIS DO BRASIL E DO JAPÃO

Hanna Gachineiro Ferreri
Leonardo Fernando Cruz Basso

Resumo

O presente trabalho busca identificar políticas públicas japonesas direcionadas para a educação que poderiam ser adotadas no Brasil para melhorar a qualidade do ensino no nosso país. Para isso foi realizado um levantamento bibliográfico com a origem e a estrutura dos sistemas educacionais, explorando e analisando seus pontos fortes e fracos e contrapondo as diferenças. A abordagem histórica foi utilizada a fim de observar os modelos de reformas educacionais, projetos governamentais, parcerias e todo o funcionamento dos sistemas educacionais em questão. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) coordena uma avaliação internacional da educação, onde são produzidos indicadores sobre o desempenho dos sistemas educacionais, conhecido como PISA. Essa avaliação mostra que enquanto o Japão encontra-se entre os primeiros da lista, o Brasil encontra-se entre os últimos. Isso acontece porque além do fator cultural, eles contam com políticas educacionais bem estruturadas. A disciplina, a valorização dos professores e o acompanhamento dos pais são pontos importantes no sistema educacional japonês. Algumas sugestões, baseadas em bibliografias utilizadas, são apresentadas neste trabalho como possíveis soluções para o problema educacional brasileiro, tais como: autonomia dos diretores, aumentar a supervisão na sala de aula, avaliações contínuas dos professores e alunos, parcerias empresariais, entre outras políticas. Para isso é necessário um gerenciamento competente, dedicado a transformar idéias em realidade.

Palavras-chave: Sistema Educacional Brasileiro, Sistema Educacional Japonês, Capital Humano

Introdução

O tema é relevante, pois os países buscam caminhos alternativos e eficientes para alcançar o crescimento econômico. Como mostra Bernardo (1999) o conhecimento somado ao capital físico e financeiro torna o fator humano uma vantagem competitiva. Berchielli (1998) acredita que um desses caminhos é o investimento em capital humano, que consiste na melhoria do sistema educacional, geralmente acompanhado de uma melhoria no sistema de saúde e que propicia uma distribuição de renda que aumente o bem estar da sociedade. Ou com as palavras de Baer (2002), na década de 1990 houve um aumento de investimento estrangeiro direto e, conseqüentemente, um aumento na concorrência devido à abertura comercial realizada no período. Para continuar no

mercado as empresas precisavam promover uma melhora tecnológica, é nesse contexto que entra a discussão sobre a valorização do capital humano.

Esse trabalho busca analisar o sistema educacional japonês para entender como o investimento em capital humano proporcionou um crescimento econômico e investigar quais as políticas japonesas que se utilizadas no Brasil levariam a uma melhoria na qualidade do ensino deste. Assim o principal objetivo é mostrar como o capital humano, valorizado com políticas educacionais e parcerias, pode gerar crescimento econômico no país. Para isso o trabalho possui, além dessa introdução, o referencial teórico com a origem e estrutura dos dois sistemas educacionais em questão, baseados na bibliografia estudada. Seguido pela metodologia utilizada para atingir os objetivos. Posteriormente são apresentados os resultados com os dados encontrados sobre a avaliação dos dois sistemas, a conclusão e o referencial bibliográfico.

Referencial Teórico

Origem do Sistema Educacional Japonês

Em 1872 foi estabelecido formalmente o primeiro sistema educacional japonês. Depois disso passaram a existir dois sistemas, o primeiro é composto por pequenas escolas privadas para as massas, conhecidas como *Terakoya*, o segundo é uma educação samurai que afeta aproximadamente dois por cento da população, *Hankō* (HOOD, 2001).

Hood (2001) diz que esse sistema foi unificado na Era Meiji (1868-1912), acreditava-se que assim a educação iria unir a população japonesa, ensinando obediência e comportamento moral. O novo sistema educacional era baseado em moldes franceses, alemães e americanos, juntando padrões ocidentais com os seus.

Segundo a Cultura Japonesa (2008), o sistema educacional nessa época tornou-se rapidamente centralizado pelo Estado, apresentando um currículo moralista com ideais confucionistas. Enfatizavam a importância do imperador e do nacionalismo. Em 1872 as autoridades tornaram obrigatórios quatro anos de estudo, porém o ministério estendeu esse período para seis anos em 1907.

Hood (2001) explica que a segunda reforma no sistema educacional aconteceu após a segunda guerra mundial, onde os americanos perceberam que a educação poderia ser relevante na busca de democratização, desmilitarização e descentralização do Japão. A reforma foi rápida, começou com a inclusão de um novo sistema 6-3-3-4, que segundo Nemoto (1999) é composto por seis anos de Ensino Fundamental, três anos de Ensino Secundário Inferior ou Ginásio, três anos de Ensino Secundário Superior ou Colégio e quatro anos de Universidade, sendo ensino compulsório até o ginásio. Segundo Hood (2001) o Japão utiliza a educação para moldar o caráter das pessoas, por essa razão os japoneses têm tanto interesse na educação. Esse caráter é adquirido por hábitos, assim o governo possui um controle mais rígido na educação obrigatória. Para eles as idéias e os valores que foram desenvolvidos na infância não se perdem com o tempo.

Hood (2001) cita os outros passos tomados para promover a reforma que foram a inclusão de censura para livros inapropriados, medidas que incentivassem a individualidade das crianças, maior flexibilidade no currículo e a eliminação de professores que apoiavam o antigo sistema. A Cultura Japonesa (2008) complementa

com a informação de que os livros textos que promoviam o nacionalismo foram alterados para a promoção de paz e democracia. Em 1947, foram adicionados três anos ao ensino obrigatório, assim os japoneses deveriam frequentar as escolas até a conclusão do ginásio. Nessa época as mulheres tiveram acesso a universidades públicas e privadas.

Segundo Hood (2001), as mudanças na economia do Japão ocorridas na década de 60 levam a uma maior preocupação com o sistema educacional. Em 1969 foi introduzido o curso de educação moral, mostrando a apreensão das gerações mais velhas com o comportamento das crianças e adultos da época. Nemoto (1999) explica que a educação moral visa prevenir problemas comportamentais e encorajam as crianças a respeitarem a vida humana, desenvolvendo relações saudáveis.

Na década de 80 um relatório mostrou que houve aumento da delinquência juvenil e logo em seguida o conteúdo das aulas de educação moral foi alterado. Esse relatório foi arquivado, pois a reforma educacional não era prioridade. Dois incidentes envolvendo estudantes promoveram indignação social e levantaram o debate sobre a educação. Nesse contexto Nakasone torna-se ministro. Percebendo que a educação era um problema de grande importância, Nakasone queria aperfeiçoar o tipo de japonês que o sistema educacional moldava. Para isso anunciou sete propostas de reforma educacional. A primeira era que o sistema educacional 6-3-3-4 deveria ser aprimorado; a segunda era que não deveriam mais utilizar os testes como indicador de sucesso acadêmico, devendo assim revisar o exame de admissão no ensino secundário; a terceira é uma extensão da segunda e propunha a revisão da avaliação de admissão nas universidades; a quarta promoveria atividades extracurriculares; a quinta reforçaria a educação moral; a sexta era que a visão cosmopolita deveria ser adotada; e a última tratava-se da melhoria da qualidade dos professores. Entretanto, as propostas não foram aprovadas na votação. Nakasone criou um conselho para discutir a reforma educacional, que durante três anos produziu quatro relatórios que apresentavam o “internacionalismo saudável”, o tradicionalismo e controle, a liberalização e privatização, e o indivíduo como os principais temas abordados (HOODS, 2001).

O “internacionalismo saudável”, segundo Hoods (2001), consiste na combinação de internacionalismo e nacionalismo, sendo assim a preocupação do Japão com outros países e com a própria identidade japonesa. Nesse contexto foi introduzida a língua estrangeira bem como história e cultura de outros países, para que os alunos pudessem relacionar os valores e culturas de outras nações. A partir daí foi dada uma ênfase maior para os alunos que retornavam do intercâmbio, pois esses representavam o novo interesse da juventude japonesa internacionalizada.

O tradicionalismo e controle possuem foco nos alunos utilizando o debate sobre as aulas de educação moral com o objetivo de criar relações humanas saudáveis. Mas Hoods (2001) aponta também o foco nos professores dado pelo aumento do treinamento, fato afirmado por Nemoto (1999) que diz que em 1990 o Ministério aprovou um sistema de instruções e padronizou um currículo de treinamento, criando material de referência para os professores, além de promover cursos e seminários. Desde 1993 os aspirantes a professor podem se cadastrar nesses programas obtendo um certificado temporário e, desde 1994, os diretores e professores experientes têm cursos de treinamento especial recebendo um certificado especial. Segundo Hoods (2001) para o Ministério da Educação a censura deveria ser rígida, porém devido a pressões dos liberais o sistema foi flexibilizado, assim a tendência é que a liberalização ganhe cada vez mais espaço.

O sistema 6-3-3-4 é questionado novamente no tema da liberalização e privatização por aqueles que apóiam a reintrodução do sistema multidisciplinar. Assim algumas escolas adotam sistemas diferentes em paralelo. Hoods (2001) acrescenta o debate sobre a idéia de reduzir o gasto público em educação e em contrapartida aumentar o montante do setor privado.

Por último Hoods (2001) aborda o tema do indivíduo, onde haveria ênfase na individualidade, por meio de liberdade, autonomia e responsabilidade. A individualidade seria não só para o indivíduo, mas também para a família, escola, comunidade e outros relacionados. A principal mudança no sistema com relação a esse tema foi a introdução de cinco dias letivos na semana, desenvolvendo a independência e a vontade da criança de aprender sozinha, prática introduzida como experiência em 2000. Segundo Nemoto (1999) o ensino fundamental e secundário inferior adotou o sistema em 2002 enquanto o ensino secundário superior só o fez em 2003.

Estrutura do Sistema Educacional Japonês

O ano escolar japonês começa em abril e termina em março apresentando três etapas: primavera, outono e inverno. A primavera começa em Abril e termina em Julho seguido por 40 dias de férias de verão. O outono começa em Setembro e termina em Dezembro, onde começa o inverno. (NEMOTO, 1999). As aulas começam às oito horas e trinta minutos e terminam às quinze horas e cinquenta minutos durante a semana e duas vezes por mês aos Sábados começam às oito horas e trinta minutos e terminam ao meio dia (CULTURA JAPONESA, 2008).

Algumas crianças começam seu percurso acadêmico no jardim de infância, pois esse não é obrigatório. Entretanto é importante para que a criança se acostume a trabalhar em grupo. O currículo dessas crianças é feito pela Conferência da Educação do Jardim de Infância e cada instituição formula seu próprio cronograma e eventos escolares baseados nesse currículo. O curso é composto por matérias de estudos básicos, como matemática e japonês, e atividades para diversão. A disciplina nessa fase é mais flexível, porém as crianças não deixam de ser repreendidas quando necessário. Os japoneses afirmam que as crianças que freqüentaram o jardim de infância são mais disciplinadas e conseguem ler mais na hora de estudar (NEMOTO, 1999).

Segundo Nemoto (1999) o ensino fundamental representa o primeiro estágio do ensino obrigatório, sendo proibido estudar em casa, não freqüentando uma instituição de ensino. Combinando ensino com atividades divertidas é possível reduzir o número de faltas e propiciar um ambiente agradável e educativo. As aulas têm duração de 45 minutos com uma pausa de 10 minutos e as salas possuem entre 36 e 40 alunos. No primeiro e segundo ano a disciplina é mais cobrada do que os estudos, o que significa que as crianças não podem fazer barulhos em sala de aula, nem perturbar outros estudantes ou correr nos corredores. Acreditam assim que isso os ajuda na transição do jardim de infância e os ensinam que escola é lugar de estudo. O sistema funciona com a sala de chamada onde os alunos recebem as instruções do dia por um professor responsável pela sala. Dessa maneira os professores conseguem conhecer as necessidades de cada aluno e dar atenção individual que eles precisam. Dificilmente o professor levanta discussões em sala de aula, os alunos devem somente ouvir e copiar a matéria. Um processo diferente acontece na terceira e quarta série onde o estudo se torna progressivamente mais difícil. Nesse período as aulas de música e educação física são ministradas por professores especialistas e as outras aulas são ministradas por um

único professor. O quadro 1 mostra como é a grade de um aluno da quinta série. Duas vezes por ano os pais são convidados a visitarem as escolas, observar a sala e conversar com o professor responsável pela sala. Porém exceto nessas datas os pais raramente visitam a escola e conversam com os professores. Uma vez por ano o professor responsável visita todos os alunos de sua sala, para discutir com os pais problemas na escola e mostrar o desempenho de seu filho.

Quadro 1- Exemplo de Grade da Quinta Série de 1998

	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado
8:30 – 8:40	Encontro com professor					
8:40 – 8:50	Reunião da Manhã					
8:50 – 9:00	Confirmação da presença dos alunos e pronunciamento do professor responsável pela sala					
9:00 – 9:45	Japonês	Matemática	Ciência	Artes e desenhos	Japonês	Japonês
9:55 – 10:40	Matemática	Japonês			Matemática	Matemática
10:50 – 11:35	Estudos Sociais	Música	Matemática	Japonês	Economia doméstica	Japonês
11:45 – 12:30		Ciência	Estudos Sociais	Educação Física		*
12:30 – 13:10	Almoço					*
13:10 – 13:30	Limpeza da Escola					*
13:40 – 14:25	Música	Educação Moral	Educação Física	Discussões	Saúde	*
14:35 – 15:20	Aconselhamento individual	Clube de Atividades Obrigatório	*	Conselho Estudantil	Atividades Especiais	*

Fonte: Nemoto, 1999. Pág. 40.

Nemoto (1999) mostra que no ensino secundário inferior cada matéria é ensinada por um professor especialista e possui duração de 50 minutos. É composto por três anos de estudo que representam os últimos obrigatórios. Nessa época os estudantes passam pela transição da infância para a adolescência, por esse motivo eles dão maior ênfase na disciplina. Torna-se obrigatório o uso de uniforme e desenvolve-se a independência dos alunos, assim como a habilidade de tomarem suas próprias decisões. A única matéria de língua estrangeira ensinada é o inglês que passa a fazer parte do currículo nesse período. No final desse estágio os alunos devem ter aprendido em média mil palavras básicas que servirão para traduzir textos simples do japonês para o inglês e vice-versa. As diferenças de pronúncia entre as línguas dificultam a comunicação e transformam o inglês em apenas mais uma matéria para o exame. Apesar de ser proibido por lei punir

os alunos fisicamente, muitos professores o fazem por acreditarem que os métodos convencionais não são suficientes para a disciplina dos estudantes.

Os alunos são motivados a estudarem arduamente por um longo período para obterem aprovação no exame de admissão do ensino secundário superior. Sendo submetidos a testes regulares de conhecimentos de todas as matérias. Os alunos são admitidos no ensino secundário superior por meio dos exames. Esses exames para as escolas públicas são formulados pela prefeitura e pelo conselho municipal de educação. São constituídos basicamente por questões de múltipla escolha. O critério de seleção dos alunos é baseado nos exames e no desempenho acadêmico do aluno, são considerados também os comentários do professor responsável pela sala. Os professores aconselham os bons alunos a tentarem uma vaga em um colégio bom, enquanto que os alunos medianos são encorajados a tentarem uma vaga menos competitiva, aumentando assim a pressão para obter uma boa nota nos exames. As excursões extracurriculares como acampamento e o clube de atividades incentivam os estudantes a comparecerem nas escolas regularmente. Nessa época os alunos freqüentam os *juku* aos Sábados e Domingos, que são cursos preparatórios e não obrigatórios parecidos com os “cursinhos” brasileiros. Segundo Cultura Japonesa (2008) os jukus são divididos em “*juku* de enriquecimento intelectual” cursados por mais de 75% dos alunos do ginásio e “*juku* acadêmico” que ensinam o mesmo conteúdo das escolas comuns.

Nemoto (1999) mostra que em 1995 aproximadamente 97% dos estudantes do ensino secundário inferior entraram no ensino secundário superior. Os alunos que não continuam os estudos podem ingressar no mercado, porém geralmente não é uma opção apoiada pelos pais, e como é de se esperar, as empresas também procuram por pessoas com um bom histórico acadêmico. As regras continuam as mesmas do ensino anterior, porém não há entretenimento como excursões extracurriculares, sendo esse curso totalmente focado nos estudos. Algumas instituições dizem o que os estudantes devem ou não fazer depois da escola, por exemplo, os alunos que freqüentam esse tipo de instituição são proibidos de tirarem licença de motocicleta. Os alunos não possuem independência nas escolas, diferente do que acontece em casa com o grande montante de mesada que recebem. O programa de estudo geral no primeiro ano é muito procurado por aqueles que querem se preparar para os exames de entrada nas universidades. Ele consiste em quatro horas de inglês, japonês e matemática, três horas de história mundial, geografia, química, biologia e educação física, duas horas de música, arte e economia doméstica e uma hora para debates e outras matérias. No segundo ano os alunos devem escolher sua especialização de acordo com seu curso de interesse na universidade. Por exemplo, alunos que preferem cursos da área de humanidades devem se concentrar nas matérias de literatura enquanto que alunos com preferência em engenharia devem se concentrar nas matérias de matemática e ciências. As mulheres preferem cursos na área de humanas ao invés da área de ciências e será difícil encorajar as garotas do contrário. Conseguir uma transferência não era uma tarefa fácil antes da reforma, porém com ela, os colégios diminuíram o número de matérias nos testes de admissão de cinco para três, além de uma entrevista. O ministério criou um Sistema de Informações de Transferências Escolares, assim os estudantes podem se informar melhor sobre o assunto, deixando a transferência acessível. Alguns colégios selecionam os melhores e utilizam livros mais avançados do que os outros colégios a fim de colocar os alunos em universidades competitivas. Para estimular os estudantes eles colocam os nomes dos melhores alunos no quadro da sala de aula; todos acreditam que esses alunos irão para as melhores universidades. Para alcançarem seus objetivos os alunos abrem mão de muitas coisas, eles se sacrificam, pois acreditam que uma boa carreira

acadêmica assegura um bom emprego. De fato as empresas buscam os alunos com as melhores notas nas melhores universidades. O confucionismo ajuda com o pensamento de que a admissão significa honra não somente do aluno, mas também da família e da escola.

Os exames de admissão são compostos de duas partes. A primeira acontece por meio dos exames preliminares feitos pelo Centro Nacional de Exames para Admissão em Universidade (*National Center for University Entrance Examinations – NCUEE*), são questões de múltipla escolha sobre as matérias do currículo, onde os alunos que estudaram com os livros autorizados são capazes de responder pelo menos 70% do exame. Os estudantes com notas baixas não são chamados para o segundo estágio. O segundo estágio é feito pelas próprias universidades, com matérias específicas para cada curso. Algumas universidades dão maior peso para o segundo estágio, porém a maioria considera pesos iguais para as duas fases. Dificilmente os alunos podem se inscrever em duas universidades públicas ao mesmo tempo, pois o exame é marcado no mesmo dia para as universidades públicas e em outro dia para as universidades particulares. O resultado é anexado nos quadros das universidades ou enviado pelo correio. Aqueles que não foram aceitos e estudarão mais um ano para tentar novamente são chamados de *ronin*, esses estudantes costumam freqüentar escolas particulares que preparam alunos para o vestibular, *yobiko*. Todo ano aproximadamente 50% das admissões nas melhores universidades são *ronin* (NEMOTO, 1999).

Segundo Nemoto (1999) no ensino superior não há aulas aos Sábados, controle de freqüência em aula, nem muitos testes e expectativas de notas altas. Isso acontece porque as empresas contratam pelo nome da sua universidade e não pelo desempenho do aluno. Há três tipos de instituições, as universidades que oferecem cursos de conhecimento avançado onde a graduação tem duração de quatro anos, o mestrado dois anos e o doutorado cinco anos; o *Junior college* oferece pesquisas especializadas e lições práticas com duração de dois ou três anos; e o *vocational college* que proporciona treinamento técnico e prático com duração de um ou dois anos. Nas universidades os calouros possuem matérias gerais, enquanto que os veteranos, nos dois últimos anos, têm matérias focadas na área de especialização escolhida. Para que haja transferência o estudante deve fazer o exame de admissão novamente, por esse motivo as transferências são raras. Para que um aluno se forme na universidade é necessário que no final de quatro anos ele obtenha 120 créditos. Uma aula de 90 minutos uma vez por semana durante 30 semanas conta como três créditos. A maioria dos alunos faz 10 matérias por semana totalizando 30 créditos em um ano. O ministério tentou encorajar a entrada de estudantes estrangeiros por meio de financiamento, cursos de curta duração e outros incentivos. Essas medidas não tiveram os efeitos esperados, pois o custo de vida no Japão é maior do que em outros países industrializados, o exame de admissão e de proficiência em japonês só acontece uma vez por ano, além da diferença entre as culturas. Os estudantes estrangeiros correspondem a 1,5% do total de estudantes. Os Estados Unidos é o principal destino dos estudantes japoneses, porém muitos deles não se socializam com os americanos devido ao choque de culturas.

Os professores devem ser Ph.D ou MA, porém algumas exceções são feitas para os japoneses nativos. Não há um órgão que regule e recrute professores, assim as conexões pessoais são a melhor maneira de entrar no corpo docente. Os professores possuem emprego garantido não dependendo do seu desempenho como professor ou pesquisador, assim alguns deles tornam-se negligentes de suas obrigações. Em algumas aulas os

alunos são proibidos de fazerem perguntas e não há debates o que reduz a frequência nas aulas (NEMOTO, 1999).

Origem do Sistema Educacional Brasileiro

Na época do descobrimento, em 1500, os jesuítas implantaram o primeiro sistema educacional brasileiro (BROCK.; SCHWARTZMAN, 2005), pois precisavam não somente catequizar os índios, mas também ensinar os filhos dos gentios e cristãos. As escolas dos jesuítas eram destinadas ao ensino religioso, a leitura, ao canto e a escrita.

A primeira fase de investimento no ensino técnico e superior aconteceu com a vinda da Corte Portuguesa em 1808. Isso ocorreu com a criação da Academia da Marinha e da Academia Militar. O ensino superior estava nas mãos do poder central. Assim, após a independência em 1822, foi criado um sistema paralelo de ensino, a partir daí surgiu a preocupação com o ensino básico. O Ensino superior beneficiava uma pequena parcela da população, conhecida como elite, deixando para a república o problema de criar um ensino técnico agrícola e industrial, tão precário e tão necessário num país como o Brasil daquela época. O legado desse sistema é visto até hoje na sociedade, onde o ensino acadêmico é voltado para a elite e o ensino técnico dedicado para as classes mais pobres (SABLICH, 2007).

No ano de 1850 o ensino na Corte e a instrução superior no Império foi reformulada. Em 1859 novas disciplinas foram incorporadas à grade curricular (BROCK.; SCHWARTZMAN, 2005), como: desenho, música, canto, caligrafia, geometria e história do Brasil.

Segundo Sablich (2007) em 1909 um decreto federal determinou a criação de escolas de aprendizes artífices que tinha como principal objetivo ministrar o ensino profissional primário em cada capital do Estado. Os professores eram controlados de forma rigorosa, foram criadas associações pedindo melhorias na educação e autonomia para os professores. O Estado controlador combateu essas associações.

A universidade surgiu em 1920 no Rio de Janeiro, somente cem anos depois da constituição se referir a ela. Em 1925 uma reforma do ensino foi organizada por João Luis Alves. As mudanças feitas resumem-se na obrigatoriedade de distribuir os alunos em série e para obter a promoção ao ano seguinte é necessário ter a aprovação nas matérias, acabando com os exames preparatórios. O Plano de Educação surgiu entre os anos de 1920 e 1930, no qual se tentou criar linhas de diretrizes curriculares. A necessidade de aumentar a quantidade de escolas públicas surgiu com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924 (SABLICH, 2007).

Sablich (2007) mostra que com a revolução de 1930 a sociedade virou uma sociedade urbano-industrial. Porém a política educacional não se adaptou a nova sociedade gerando altos índices de evasão e repetência. Em 1931 foi criado o Conselho Nacional de Educação para promover a reforma educacional. Nessa reforma foi estabelecida a frequência obrigatória, ampliação do curso para sete anos, divisão do mesmo em duas etapas e o currículo seriado.

Segundo Sablich (2007) os ciclos de estudos foram mudados em 1942 com a Reforma Capanema, onde foi estabelecida a duração de quatro anos para o ensino ginasial e três anos para o ensino colegial. O ensino colegial passou a ser oferecido de duas formas: o científico e o clássico, assim qualquer aluno poderia ingressar no curso superior.

Em 1961 foi criada a Lei de Diretrizes e Bases que estimularam a organização de currículos e a autonomia das escolas. Somente em 1996 que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi aprovada, enfatizando a importância da liberdade para que as instituições educacionais montassem seu próprio conteúdo programático (SABLICH, 2007).

Sablích (2007) afirma que para reduzir as diferenças regionais foi estabelecido um piso para os gastos estaduais e municipais para o ensino fundamental, criado pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) instituído entre 1995 e 2002. As estatísticas da educação ficaram sob responsabilidade do INEP. Esse para atingir seus objetivos, tais como melhorar a qualidade do sistema, criou avaliações de ensino (MEC, 2008): Saeb (Sistema de Avaliação para o Ensino Básico) e Provinha Brasil; ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio); e o Processo de Avaliação Integrada do Desenvolvimento Educacional e da Inovação da Área – ENADE é a avaliação dos cursos de graduação, controlado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES).

Estrutura do Sistema Educacional Brasileiro

A estrutura do sistema educacional brasileiro é formada pelo Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Técnico e Ensino Superior, apresentados a seguir.

Segundo Sablich (2007) o governo tem de repassar uma verba para a educação, ela é composta de 25% das receitas dos Estados e Municípios complementadas por parcerias e pelo FUNDEF. O gasto público com educação no Brasil é de 4,3% do PIB, maior que o gasto público em educação no Japão que é de 3,5%. Isso mostra que o problema atual do Brasil é a má alocação dos recursos e não a escassez deles.

O Ensino Fundamental tem duração de oito anos e abrange as crianças com idade entre sete a quatorze anos. Segundo Sablich (2007) ele é responsável por criar a base educacional e é mantido pelo FUNDEF. A constituição assegura que 25% das receitas dos Estados e municípios sejam destinadas a educação, e destes, 60% destinadas ao Ensino Fundamental. Para diminuir a desigualdade regional o Fundef estabelece um gasto mínimo por aluno/ano. Quando os recursos do Estado não alcançar esse gasto mínimo, o governo federal deve complementar a verba. Em 1998, primeiro ano do Fundef, a verba foi utilizada para promover uma campanha para matricular todas as crianças ainda não matriculadas.

O Programa Nacional do livro didático elabora e distribui livros para os alunos de 1ª a 8ª série das escolas públicas. A qualidade desses livros é garantida pelo MEC, pois eles são avaliados por uma comissão de professores. Além dos livros há um canal na televisão chamado “TV escola”, onde são exibidos conteúdos complementares às matérias ensinadas em sala de aula. Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada em 1996 (MEC, 2008), as funções e responsabilidades de cada nível do governo ficaram claras, assim as escolas ganharam autonomia necessária para adaptar seu currículo, além de estimular a qualificação dos magistrados.

O Ensino médio tem duração de três anos e é voltado para crianças entre 15 e 17 anos (MEC, 2008). Dentro do currículo dessa etapa está o desenvolvimento de habilidades tecnológicas, significado das ciências, letras e artes, exercício da cidadania, processo histórico da sociedade, cultura, entre outros. Os livros didáticos são distribuídos gratuitamente assim como no Ensino Fundamental. Para auxiliar as escolas e a melhoria

do ensino o Ministério da Educação e da Cultura criou o PROMED (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio). Sablich (2007) afirma que a merenda escolar oferecida pelas escolas melhorou, pois os municípios têm autonomia para escolherem o cardápio oferecido. O Presidente Fernando Henrique Cardoso duplicou a verba para a merenda escolar e criou o Programa Nacional de Garantia de Renda. Esse programa consiste em auxiliar com apoio financeiro as famílias que possuem uma renda familiar média menor que a média do estado, mas para isso os filhos devem estar matriculados e freqüentando regularmente uma escola. Outro programa que funciona para estimular os estudantes é o Programa de Aceleração da Aprendizagem, onde as crianças com idade acima da média da sala de aula que estão matriculadas têm aulas especiais para avançarem até a sala com alunos da mesma idade. Com essas melhorias os dados mostram que a freqüência escolar aumentou. Ao acabar essa etapa os alunos poderão cursar o ensino técnico ou ensino superior, mediante classificação em um exame vestibular.

A instituição da primeira escola técnica no Brasil se deu no mandato do Presidente Dr. Nilo Peçanha e era chamada de Escolas de Aprendizes Artífices. Essas escolas preparavam os alunos para o mercado de trabalho, visando atender a grande necessidade de mão-de-obra especializada na indústria. Elas eram coordenadas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública. No governo Vargas foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que qualificava operários de baixa escolaridade. Nessa fase o ensino industrial era o centro das atenções. Porém a situação muda com a Reforma Capanema, onde os alunos formados nas escolas técnicas poderiam completar seus estudos no ensino superior. A rede de escolas foi ampliada pelo Presidente José Sarney (SABLICH, 2007).

Segundo Sablich (2007) as Faculdades de Tecnologia foram fundadas em 1968 e são estaduais. Elas estavam sob jurisdição do Centro Estadual de Educação Tecnológica que hoje é conhecido como Centro Estadual Tecnológico Paula Souza (CEETPS). Somente em 1974 a FATEC se viu independente do CEETPS. Além dos cursos de graduação a FATEC possui também programas de pós-graduação lato sensu. A FATEC possui uma Empresa Júnior onde os alunos podem realizar projetos tecnológicos, colaborando para a sua formação acadêmica.

Os cursos oferecidos pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica preparam os alunos para ingressarem no mercado de trabalho. Os CEETs contam também com cursos de Pós-graduação com carga mínima de 360 horas. O Centro Paula Souza, (CEETPS, 2008) além de produzir livros curriculares para o ensino médio e publicações de cursos de tecnologia, é responsável pela criação de cem softwares educacionais. A instituição desenvolve parcerias com empresas públicas e prefeituras locais a fim de prestar serviços à comunidade, melhorar o nível de capacitação dos professores e inserir seus alunos no mercado por meio de estágios. Uma metodologia de ensino utilizada pelos CEETs é a pedagogia da alternância. Essa permite que o aluno aplique em casa os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Um ótimo exemplo é o projeto ProJovem que prepara jovens rurais que não concluíram o ensino formal para dirigirem seus negócios de maneira competitiva. Os CEETs possuem cooperativas que funcionam como empresas onde os estudantes aprendem os estágios do processo produtivo. Os frutos dessas cooperativas beneficiam a comunidade local (SABLICH, 2007).

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) fornece educação profissional em unidades fixas e móveis, atuando como a principal solução para as indústrias. Um exemplo de atuação são os serviços como assessoria e assistência técnica para a

comunidade e empresas. O curso é gratuito e destinado a alunos que tenham no mínimo 14 anos e que de preferência terminem o curso antes dos 18 anos (SENAI, 2008). Para participar é necessário obter bom rendimento no exame de seleção e ao final do curso os alunos recebem um certificado. O currículo do nível técnico é independente do ensino médio. Para a inscrição no técnico é necessário apresentar o comprovante de conclusão do ensino médio. A duração mínima dos cursos é de 1600 horas e possui estágio supervisionado obrigatório. Cursos superiores oferecidos pelo SENAI formam tecnólogos de diversas áreas, e cursos de pós-graduação fornecem especialização para a formação básica da graduação.

A Confederação Nacional do Comércio é responsável pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). O SENAC forma alunos no ensino técnico em quinze áreas de atuação. Dentre os cursos oferecidos encontram-se: turismo e hospitalidade, técnico em fotografia, agenciamento de viagens, comissário de vôo, técnico em eventos, lazer e recreação, farmácia e outros. Além dos cursos o SENAC produz publicações nas áreas envolvidas (SENAC, 2008).

Visando a conclusão de alunos no ensino superior o país conta com faculdades de curta duração e universidades públicas e particulares. Os cursos de curta duração (MEC, 2008) podem ser feitos antes, ao mesmo tempo ou depois da graduação, com duração mínima de 1600 horas. Somente é necessário que o aluno apresente o certificado de conclusão do ensino médio. Os cursos de curta duração não são uma abreviação da graduação, são cursos para ampliar os conhecimentos definidos como “campo do saber”. Eles oferecem apenas um certificado que atesta seu conhecimento sobre o campo de saber estudado. Como dito anteriormente as universidades podem ser públicas ou particulares. As universidades públicas estão nos âmbitos federais ou estaduais. Os cursos ministrados em universidades têm duração de quatro ou mais anos.

Os custos que uma universidade possui são altos, pois estão incluídos custos com instalações físicas, infra-estrutura, docentes entre outros. Isso faz com que o valor das mensalidades cobradas pelas universidades particulares não sejam acessíveis à maioria da população. Nesse campo, segundo MEC (2008), o governo possui políticas e programas com o objetivo de eliminar as desigualdades e compensar as perdas provocadas pela discriminação e marginalização. Dentre os programas estão: Programa Universidade para Todos (ProUni), UNIAFRO, Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT).

O ProUni (2008) oferece bolsas parciais e integrais a estudantes de cursos de graduação em instituições privadas. Somente estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas ou privadas com bolsa poderão concorrer a uma vaga no ProUni, sendo requerido uma nota satisfatória no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Para incentivar as instituições a aderirem o programa, o governo isenta alguns tributos dessas instituições.

O FIES (2008) financia a graduação no Ensino Superior de estudantes que não conseguem cobrir integralmente os custos de sua formação. Como requisito os alunos devem estar matriculados em instituições que aderiram ao programa, não gratuitas e com boa avaliação do MEC. O Ministro da Educação, Fernando Haddad, explicou algumas melhorias ocorridas nessa área de financiamento estudantil (MEC, 2008), dentre elas estão a redução dos juros cobrados para o financiamento de alguns cursos de áreas como tecnologia e a extensão do prazo de pagamento do financiamento, com a facilidade de desconto direto da folha de pagamento.

Metodologia

A abordagem histórica foi utilizada a fim de observar os modelos de reformas educacionais, projetos governamentais, parcerias e todo o funcionamento dos sistemas educacionais em questão. Para isso, foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre a origem e a estrutura do sistema educacional dos dois países, explorando e analisando seus pontos fortes e fracos e contrapondo as diferenças.

Dos métodos específicos apresentados por Vergara (2004) os mais explorados, a fim de atingir os objetivos pretendidos, foram os métodos de análise de conteúdo e o método comparativo. O primeiro método refere-se ao estudo de textos e documentos, que consiste em analisar o sistema educacional do Brasil e do Japão, baseado no referencial encontrado. O método comparativo busca ressaltar similaridades e diferenças entre pessoas, padrões de comportamento e fenômenos. Ou seja, comparar os sistemas educacionais dos dois países, identificando qual consegue ser mais eficiente por meio de parcerias entre universidades e indústrias e projetos educacionais governamentais.

Os tipos de pesquisa podem ser divididos em: quanto aos fins e quanto aos meios (VERGARA, 2004). O tipo de pesquisa utilizado quanto aos fins foi a investigação exploratória, visando aumentar o conhecimento sobre o assunto e expondo as características dos dois sistemas educacionais. Dos tipos de pesquisa quanto aos meios, os métodos utilizados foram a pesquisa bibliográfica para pesquisas em material acessível ao público em geral, e o estudo de caso, em busca de detalhar atuação do governo por meio de projetos e parcerias nos países comparados.

Resultados e Discussão

O Governo Brasileiro criou recentemente o plano de desenvolvimento da educação (PDE) que busca auxiliar na construção de uma sociedade livre e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades, dentre outros. Na educação básica o plano desenvolve medidas para valorizar os profissionais da educação com a formação de um piso salarial nacional, além de melhorias no sistema de financiamento. No que concerne a área de avaliação, criou-se uma nova medida, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que combina os resultados do desempenho escolar, visto na prova Brasil, e os resultados de rendimento escolar, dados pela frequência dos alunos. O censo deixa de ser feito por escola, como acontece no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e passa a ser feito por aluno. Isso foi feito para conseguir obter um tratamento adequado quanto à qualidade do ensino e para conseguir fixar metas de desenvolvimento. Em 2005 o IDEB calculado para o Brasil foi de 3,8, enquanto que o valor estimado para os países desenvolvidos foi de 6,0, essa passou a ser a meta para o Brasil até 2021. O IDEB calculado para as escolas mostrou a enorme dispersão da qualidade do ensino, pois foram encontrados índices entre 0,7 e 8,5 (PDE, 2008).

Tabela 8 - IDEB Observado e metas

	Anos Iniciais do Ensino Fundamental				Anos Finais do Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	IDEB Observado		Metas		IDEB Observado		Metas		IDEB Observado		Metas	
	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021
TOTAL	3,8	4,2	3,9	6,0	3,5	3,8	3,5	5,5	3,4	3,5	3,4	5,2
Dependência Administrativa												
Pública	3,6	4,0	3,6	5,8	3,2	3,5	3,3	5,2	3,1	3,2	3,1	4,9
Federal	6,4	6,2	6,4	7,8	6,3	6,1	6,3	7,6	5,6	5,7	5,6	7,0
Estadual	3,9	4,3	4,0	6,1	3,3	3,6	3,3	5,3	3,0	3,2	3,1	4,9
Municipal	3,4	4,0	3,5	5,7	3,1	3,4	3,1	5,1	2,9	3,2	3,0	4,8
Privada	5,9	6,0	6,0	7,5	5,8	5,8	5,8	7,3	5,6	5,6	5,6	7,0

Fonte: SAEB e Censo Escolar in: IDEB, 2008

Como mostra a tabela 1 o IDEB calculado para os anos iniciais do ensino fundamental era de 3,8 em 2005 e passou para 4,2 em 2007. Para os anos finais do ensino fundamental o índice apresentado em 2005 foi de 3,5 e em 2007 foi de 3,8. Por fim no ensino médio o IDEB observado em 2005 foi de 3,4 e em 2007 foi de 3,5 (IDEB, 2008).

A avaliação da qualidade do ensino superior brasileiro esta sob responsabilidade do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que utiliza quatro instrumentos de avaliação para obter o resultado sobre a qualidade. O primeiro é a auto-avaliação institucional apresentado a cada três anos. A segunda é a avaliação institucional externa realizada por uma comissão de avaliadores. A terceira acontece somente quando o comitê julgar necessário e é chamada de avaliação das condições de ensino. A última, mas não menos importante, é o resultado do ENADE que é o processo de Avaliação Integrada do Desenvolvimento Educacional e da Inovação da Área (MEC, 2008).

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) coordena uma avaliação internacional da educação, onde são produzidos indicadores sobre o desempenho dos sistemas educacionais, conhecido como PISA. Cada país possui um órgão responsável por coordenar a avaliação baseado nas ordens da OCDE, no Brasil esse órgão é o INEP. São avaliados alunos na faixa dos 15 anos, pois é a idade em que termina o ensino obrigatório na maioria dos países. O conteúdo das provas é composto por três áreas: leitura, matemática e ciências. O exame acontece a cada três anos e cada ano o foco é uma dessas três áreas. Em 2006, a avaliação foi aplicada em 56 países onde em cada país são avaliados obrigatoriamente no mínimo 4500 alunos e no máximo 10000. Na tabela 2 pode-se observar como o Brasil ainda esta distante do Japão. Enquanto o Japão encontra-se entre os primeiros da lista, o Brasil encontra-se entre os últimos (INEP, 2008).

Tabela 9 - PISA para Japão e Brasil nas três últimas avaliações

	2000		2003		2006	
	Resultado do Desempenho em Ciências					
	Classificação	Média	Classificação	Média	Classificação	Média
Japão	2°	550,40	2°	547,64	6°	531,39
Brasil	42°	375,17	40°	389,62	52°	390,33
	Resultado do Desempenho em Leitura					
Japão	10°	522,23	15°	498,11	15°	497,96
Brasil	39°	396,03	38°	402,80	49°	392,89
	Resultado do Desempenho em Matemática					
Japão	3°	556,61	6°	534,14	10°	523,10
Brasil	42°	333,89	41°	356,02	54°	369,52

Fonte: INEP, 2008.

Esse resultado mostra quão eficaz é o sistema educacional japonês comparado com o brasileiro. Não considerando as diferenças culturais, o Brasil poderia galgar uma posição melhor na avaliação PISA se colocasse em prática algumas medidas anteriormente adotadas pelo Japão.

O *International Association for the Evaluation of Educational Achievement* (IEA) criou o *Trends in International Mathematics and Science Study* (TIMSS) para fazer uma avaliação internacional dedicada a incentivar a melhoria do aprendizado da matemática e ciência. A avaliação acontece a cada quatro anos com os alunos da quarta e oitava série. Em 2003 participaram 46 países, dentre eles, o Japão. Os resultados de 2003 são apresentados na tabela 3, onde percebemos que o Japão ocupa o quarto lugar no ranking internacional. A tabela 3 mostra que no Japão, 15% dos alunos alcançaram notas acima de 625, 38% dos alunos foram classificados como “alto” com nota entre 550 e 625, 33% dos alunos tiveram notas entre 475 e 550, e 12% dos alunos obtiveram notas entre 400 e 475 (TIMSS, 2008).

Tabela 10 - Porcentagem dos alunos da oitava série e suas respectivas notas na avaliação de ciências, em 2003

País	Avançado (nota acima de 625)	Alto (nota acima de 550)	Intermediário (Nota acima de 475)	Baixo (Nota acima de 400)
Cingapura	33%	33%	19%	10%
China	26%	37%	25%	10%
Coréia	17%	40%	31%	10%
Japão	15%	38%	33%	12%

Fonte: TIMSS, 2008. Adaptado pelo autor.

Conclusão

Conforme os dados apresentados nas seções anteriores, o Japão apresenta um sistema educacional melhor do que o Brasil. Isso acontece porque além do fator cultural, eles contam com políticas educacionais bem estruturadas. A disciplina é um fator intrínseco na cultura japonesa, o que não faz o governo deixar de investir para melhorar a disciplina dos alunos. A ênfase nesse critério é dada colocando um assistente em sala de aula e uma matéria sobre educação moral. Os alunos estudam em período integral e com

aulas aos sábados duas vezes por mês, aumentando o tempo de contato com os estudos na escola e diminuindo o tempo ocioso das crianças.

A valorização do professor também é um fator importante, pois eles são os funcionários públicos com maiores salários além do grande investimento em profissionalização. Segundo Rehder (2008) os professores passam por uma avaliação de conhecimentos gerais para darem aulas no ensino fundamental e após um ano de trabalho são submetidos novamente a um teste. Isso mostra que há um acompanhamento de desempenho dos professores, o que permite uma bonificação para os aqueles que apresentarem melhores resultados.

O Brasil deveria dar mais autoridade para os diretores para que eles possam contratar e demitir professores e criar suas próprias metas para atingir o objetivo de melhorar a qualidade do ensino na sua escola, desenvolvendo seu próprio programa de ensino (GALL, 2007). Para observar os resultados, poderia ser utilizado um sistema de avaliação e prestação de contas, para bonificar os diretores que apresentarem bons resultados e advertir aqueles que não apresentarem melhora no desempenho dos seus alunos. Outro passo, segundo Gall (2007), seria aumentar a supervisão na sala de aula, substituir a aprovação automática por testes e acompanhamento. Os professores mais experientes poderiam ensinar os novatos proporcionando padrões mais altos de ensino, e incentivar os melhores alunos das universidades a lecionarem em escolas.

Para melhorar a disciplina dos alunos brasileiros seria prudente inserir no currículo matérias sobre educação moral, aconselhamento individual e estudos sociais além de contratar um assistente para cada sala de aula. Visando diminuir a criminalidade entre as crianças e os jovens o ensino deveria ser integral, incentivando o aluno a permanecer na escola o maior tempo possível, com atividades como economia doméstica, esportes, artesanato e música. Incentivar os alunos a participarem de grupos para discussão de textos e livros auxiliaria no desenvolvimento da leitura e da cultura.

Os pais japoneses não costumam se preocupar com o ensino dos filhos, porém o professor coordenador visita a casa de todos os alunos de sua sala uma vez por ano e conversa com os pais sobre o desempenho e o futuro de seu filho. Isso deveria ser adotado no Brasil, já que a maioria dos pais se preocupa com a educação dos seus filhos, pois acreditam ser o melhor caminho para seus filhos obterem melhores empregos.

O Brasil precisa de iniciativas governamentais e parcerias empresariais para melhorar a qualidade do sistema educacional. Para isso é necessário um gerenciamento competente, dedicado a transformar idéias políticas em realidade (GALL, 2007). As empresas seriam beneficiadas indiretamente, pois no futuro aumentariam a produtividade por meio do aumento da mão-de-obra qualificada. Os incentivos governamentais feitos no presente poderiam acontecer por meio da redução de impostos para as empresas colaboradoras.

Referencial Bibliográfico

BAER, Werner. **A economia brasileira**. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Nobel, 2002.

BERCHIELLI, Francisco Osvaldo. **Investimento em Capital Humano: Uma Avaliação do seu Retorno Sócio Econômico**. 1998. Dissertação (Mestrado em

Economia) – Programa de Estudos Pós – Graduação em Economia, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 1998.

BERNARDO, Romane Fortes S. **O capital humano, a educação e sua relação com o avanço da competitividade no Brasil**. 1999. Dissertação (Mestrado em Economia) - Coordenadoria de Pós-Graduação, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 1999.

BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, Simon (orgs). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

CEETPS - Centro Estadual de Educação e Tecnologia Paula Souza. Apresenta informações sobre o ensino médio técnico e ensino superior supervisionado pelo Centro Paula Souza. Disponível em: < <http://www.ceeteps.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2008.

CULTURA JAPONESA. Apresenta história e cultura do Sistema Educacional Japonês. Disponível em: <www.culturajaponesa.com.br>. Acesso em: 25 jun. 2008.

FIES – Financiamento estudantil. Apresenta os requisitos para o programa, seus objetivos e mudanças. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=category§ionid=12&id=95&Itemid=303>>. Acesso em: 25 jun. 2008.

GALL, Norman. A Luta por melhores escolas em São Paulo e Nova York. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 abr. 2007.

HOOD, Christopher P. **Japanese Education Reform: Nakasone's legacy**. London: Routledge, 2001.

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Apresenta dados sobre o indicador de desempenho da educação básica. Disponível em: <<http://portalideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 04 jul. 2008.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Apresenta informações sobre a avaliação internacional dos sistemas educacionais. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/internacional/novo/PISA/oquee.htm>>. Acesso em: 4 jul. 2008.

MEC – Ministério da Educação. Apresenta informações sobre a estrutura do sistema educacional brasileiro. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/>>. Acesso em: 25 jun. 2008.

NEMOTO, Yasuhiro. **The Japanese Education System**. Florida: Universal Publisher, 1999.

PDE - O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas. Texto que apresenta informações sobre o PDE e o IDEB. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2008.

ProUni - Programa Universidade para Todos. Apresenta informações sobre o programa. Disponível em: < <http://prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/Oprograma.shtm>>. Acesso em: 25 jun. 2008.

REHDER, Maria. Modelo educacional japonês agrada aos brasileiros. Publicado pelo Governo do Estado de São Paulo em: 24 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/noticia.php?it=8195>>. Acesso em: 4 jul. 2008.

SABLICH, Cynthia. **Os sistemas educacionais do Brasil e da Coréia do Sul: Uma Avaliação da Valorização do Capital Humano como Fator Determinante para o Crescimento Econômico Ocorrido a Partir da Década de 70.** 2007. Monografia (graduação em economia) – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Apresenta informações sobre a instituição. Disponível em: < <http://www.senac.br/home.asp>>. Acesso em: 27 jun. 2008.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Apresenta informações sobre as escolas técnicas industriais. Disponível em: < <http://www.senai.br/br/home/index.aspx>>. Acesso em: 26 jun. 2008.

TIMSS - Trends in International Mathematics and Science Study. Apresenta informações sobre o sistema de avaliação internacional em questão e os resultados obtidos. Disponível em: < <http://www.timss.org/>>. Acesso em: 08 jul. 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.